



MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPME)

A sua importância para o país.

Caro(a) empresário(a)

As MPME (micro, pequenas e médias empresas), já em 2007, correspondiam a 99,5% das empresas existentes em Portugal. Empregavam cerca de 81% dos trabalhadores por conta de outrem, facturavam 71,5% do volume de vendas total e criaram riqueza correspondente de 67,4% do total do VAB (Valor Acrescentado Bruto).

Os seus empresários constituem uma camada social com grande relevância na economia nacional, com interesses e objectivos que não se identificam com os interesses do grande capital, mas sim com os dos trabalhadores e de outras camadas intermédias, designadamente no que concerne ao desenvolvimento do país e ao exercício da soberania nacional.

A actual agudização da crise do sistema capitalista mostra, à evidência, esta convergência de interesses.

Na actual conjuntura, as suas maiores dificuldades radicam nas políticas económicas de direita, implementadas por sucessivos governos, os quais, ao privilegiarem os interesses do grande capital nacional e multinacional prejudicaram profundamente as MPME, seja por acção, seja por omissão.

A crescente monopolização da economia está a ter efeitos muito gravosos para as MPME, seja enquanto fornecedores das grandes superfícies - onde as suas margens de lucro são esmagadas até ao limite - seja enquanto clientes de factores de produção básicos, facturados a preços de monopólio, como a banca, os seguros, a energia, as comunicações, tudo sectores que outrora foram públicos, mas agora estão nas mãos do grande capital nacional e estrangeiro.

O empobrecimento dos trabalhadores e de vastas camadas da população leva ao crescimento do desemprego, restringindo o mercado interno, e toca profundamente a sobrevivência das micro, pequenas e médias empresas.

As restrições profundas de acesso ao crédito e as elevadas taxas de juro, os preços da energia eléctrica, do gás natural e dos combustíveis líquidos são factores particularmente muito penalizadores para as micro e as pequenas empresas. Acresce a isto uma enorme injustiça fiscal e os apoios e isenções fiscais que só beneficiam os grandes grupos económicos nomeadamente do sector financeiro.

S. João da Madeira é um concelho fortemente penalizado com estas políticas de direita agora implementadas pelo governo de José Sócrates: o encerramento sucessivo e continuado de empresas industriais é reforçado por idêntico destino de muitas das unidades comerciais existentes - situação que foi agravada com a instalação no concelho de grandes superfícies comerciais. A sua abertura contou com a conivência dos responsáveis autárquicos, sabendo-se que isso acarretaria evidentes prejuízo ao comércio local existente.

Na devida altura, o PCP – e só o PCP – , chamou a atenção para o impacto negativo que a abertura destes espaços comerciais iriam ter no pequeno comércio, com a destruição de muitos postos de trabalho e conseqüente empobrecimento da vida no centro da cidade. Por isso votámos contra a sua instalação.

Os resultados estão bem á vista de todos! Uma cidade parada e triste, inúmeros espaços comerciais vazios, o centro cívico de S. João da Madeira deserto, sem movimento, sem vida e com pouca segurança!

Por isso o PCP denuncia e afirma que é necessário pôr cobro a esta política ruinosa e de declínio nacional, política do Governo PS, delineada à medida do PEC (Pacto de Estabilidade e Crescimento) e defende que é urgente tomar medidas eficazes que combatam a destruição do nosso aparelho produtivo e potenciem o aproveitamento e enriquecimento dos nossos recursos humanos.

Para isso o PCP defende:

- a orientação e colocação da Caixa Geral de Depósitos ao serviço da economia e das pessoas, proporcionando o crédito a taxas não especulativas;

- a eliminação do Pagamento Especial por Conta;

- a redução progressiva e célere do IVA e dos preços dos combustíveis e da energia até uniformização com a Espanha, como forma de aumentar a produtividade das nossas empresas;

- o aumento dos salários e das pensões, como forma de melhorar a qualidade de vida da população portuguesa e estimular o consumo dos bens necessários;

- o cancelamento das privatizações em curso e a criação de condições para o controlo pelo Estado das grandes empresa dos sectores estratégicos, particularmente na área financeira, na energia, nas comunicações e nos transportes;

- o aproveitamento de todas as verbas do QREN, afectando verbas suficientes de forma a permitir o desenvolvimento e modernização do país, mediante um processo transparente e desburocratizado;

- o estabelecimento de regras restritivas quanto à instalação de grandes superfícies comerciais, o fim da precariedade laboral como regra de vínculo de trabalho nas já existentes e o seu encerramento aos domingos.

É necessário, em nome do futuro do País, travar o PEC.

É urgente uma ruptura com as políticas de direita do PS/PSD/CDS.

É preciso caminhar para uma alternativa de esquerda, por isso, é necessário reforçar o PCP!

S. João da Madeira, Maio de 2010

